

Juventude, cidadania, gênero e gerações

Jussara Reis Prá¹, Léa Epping² (UFRGS)
Gênero; juventude; cidadania
ST 20: Juventudes, Gênero e Violência

O preconceito de gênero ou de raça, a discriminação sexual ou racial e o costume fixam rostos e anatomias a posições sociais e lhes retiram seu direito a mais estudo, melhor trabalho e melhor salário. Quando o preconceito e a discriminação são “de gênero”, recebem também o nome de sexismo e misoginia, ou homofobia, nos casos em que se dirigem às pessoas que praticam uma sexualidade não heterossexual. E quando o preconceito e a discriminação são “de raça” configuram o racismo.³

Este artigo examina as construções sociais de gênero entre a juventude, visando identificar comportamentos e opiniões em relação ao contexto público brasileiro. Para tal, questiona-se a influência de elementos racistas e sexistas na socialização política das e dos jovens, tendo em vista os limites à expansão de sua cidadania. A idéia aqui defendida é a de que as opiniões das e dos jovens tendem a igualar-se, porém, sem eliminar estereótipos e ideologias de gênero.

Na confluência desses argumentos, gênero e juventude emergem como categorias em interação. A construção da identidade sexual iniciada na infância e as concepções culturais acerca do que devem ser homens e mulheres interagem com estruturas sociais, políticas e econômicas e interferem no cotidiano das e dos jovens, refletindo suas ações nos espaços público e privado. Como esclarece Janaina Coutinho, desde crianças somos inseridos em um processo de “socialização que, por meio de diferentes práticas, nos vai exigindo certos tipos de atitudes e trajetórias como adequadas ao nosso sexo”,⁴ ao que se acrescentaria à nossa cor da pele e idade.

Dessa perspectiva, examina-se o tema da juventude relacionando cidadania, gênero e geração. No plano teórico, adota-se um enfoque multidisciplinar, visando resgatar aspectos individuais, sociais e culturais do processo de construção da cidadania, com aportes da psicologia, sociologia e antropologia, além de abordagens específicas da ciência política e dos estudos feministas, que tratam das relações de poder e dominação e dos sistemas de gênero que as direcionam. O recorte de gênero visa buscar elementos diferenciados da realidade juvenil, referenciando a idade dos 16 aos 29 anos (geração jovem), tendo como contraponto gerações intermediárias (30 a 49 anos) e maduras (mais de 50 anos).⁵

Além da perspectiva geracional adota-se um enfoque de anti-racismo. No âmbito empírico, utiliza-se o método comparativo centrado em abordagem quantitativa. O material de análise contempla informações obtidas em inquéritos de opinião realizados no Brasil no último decênio. Especificamente, o estudo visa buscar elementos para identificar as redes de relações políticas e socioculturais estabelecidas por e entre os gêneros, e subsidiar a construção futura de indicadores empíricos para medir e avaliar os conceitos de empoderamento, cidadania e socialização política entre a população juvenil.

A fim de desenvolver a abordagem proposta estruturou-se a apresentação do texto em dois segmentos: o primeiro, traz esclarecimentos de natureza teórico-metodológica acerca dos estudos sobre juventude, gênero, gerações e anti-racismo, com o intuito de relacionar as categorias em estudo; o segundo segmento é dedicado à análise empírica, referenciando brevemente dados de opinião pública sobre política. Conclui-se a avaliação proposta relacionando a importância da socialização política de gênero ao processo de construção da cidadania das e dos jovens.

Alguns esclarecimentos teórico-metodológicos

A noção de gênero, demarcada no contexto dos anos 70 do século vinte, expõe as diferenças nas relações de homens e mulheres em sociedade, associando-as à dimensão da cultura. Assim, o termo condição de gênero substitui a noção de papéis sexuais e revela as características assumidas pelo feminino e o masculino em diferentes culturas⁶. O que os homens e mulheres são, portanto, não é mais considerado pelo viés biológico, mas como fruto de relações sociais e culturais.⁷ A noção de gênero tem ao mesmo tempo o caráter de ferramenta política e analítica.⁸ Como ressalta Scott, o gênero, enquanto categoria de análise é “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana”.⁹

O conceito de gênero alude à designação social e à valorização diferenciada das responsabilidades sociais de homens e mulheres, condicionando preferências, hábitos e comportamentos. Enquanto ao homem é reservada a participação na esfera pública, da produção; para a mulher, cabe a esfera privada da reprodução e do cuidado com os outros. Ademais, por ser o gênero uma variável sócio-cultural nele influem outras clivagens como: classe social, raça/etnia, religião ou geração. Daí o alcance do enfoque de gênero para examinar perspectivas, posturas e comportamentos da população juvenil e identificar as redes de relações sociais estabelecidas por e entre os gêneros.

Ademais, gênero e juventude são pautados por categorias primeiras de classificação, quais sejam: sexo e idade. As variáveis idade e sexo/gênero posicionam as pessoas socialmente, definindo

padrões de comportamentos adequados para homens e mulheres em cada idade. Tais posicionamentos refletem a idéia de construção de identidades. Daí a abordagem dos jovens como objeto de análise ser facilitada ao se priorizar a dimensão de gênero. Dessa forma, posicionamentos, comportamentos e práticas de gênero podem ser vistos como fruto de uma relação construída entre pares, mas não entre iguais.¹⁰

No mesmo sentido, as relações entre as gerações, enquanto elementares e com “dinamismos sociais resultantes do equilíbrio precário entre cooperação e oposição, se situam no mesmo nível das relações sociais instauradas entre homens e mulheres”.¹¹ Assim como acontece com a idade, as diferenças entre os sexos são valoradas e classificadas socialmente como critérios de hierarquização sexual e de reprodução cultural.

Nesse plano, a articulação de gênero e juventude delineada pelo feminismo, apesar de ainda incipiente, traz importantes contribuições para questionar algumas concepções vigentes sobre juventude. A falta de investimento do feminismo na compreensão das culturas juvenis é relacionada por Castro “ao fato de as mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão, sujeito de uma cidadania ativa juvenil feminista”.¹² Argumento este endossado por Wivian Weller, em artigo sobre a ‘invisibilidade’ feminina nas (sub)culturas juvenis quando questiona a ausência de estudos sobre jovens-adolescentes do sexo feminino, tanto nas pesquisas sobre juventude como nos estudos feministas.¹³

Enfim, a perspectiva de gênero ou a compreensão da juventude como categoria de dois sexos, além de origens distintas do ponto de vista étnico-racial ou de classe, permanecem muitas vezes ausentes ou sem receber tratamento adequado. No mesmo sentido, como ressalta Palmira da Silva, os estudos brasileiros dedicados a examinar as lutas sociais pela conquista da cidadania, nos três últimos decênios, negligenciaram o conjunto de mobilizações “empreendidas pelos movimentos sociais de combate à discriminação racial”.¹⁴

O quadro acima esboçado qualifica a realização de análises voltadas a examinar aspectos da participação das e dos jovens na esfera pública, tendo em vista as clivagens de gênero, raça e geração, como é feito a seguir.

A cidadania juvenil entre o racismo e o sexismo

Do ponto de vista do exercício da cidadania, a reduzida iniciativa participativa reflete a relutância da maioria da população para o exercício ativo dos seus direitos e deveres de cidadania. Revela, ademais, os *déficits* do processo de socialização política. Situação a se agravar quando se

verifica a baixa propensão para qualquer forma de articulação política. Com efeito, os estudos realizados no âmbito do associativismo e da participação social, têm mostrado que as e os jovens não são mais propensos do que a população em geral para o exercício ativo da cidadania. Como notam Ferreira e Cabral, o fato de não se registrar a ocorrência de rupturas geracionais significativas, faz supor que as razões para o insuficiente engajamento no exercício ativo da cidadania se devem menos ao tipo de formação política nos processos de socialização, do que à própria organização social. Em particular, repousam nas relações entre a esfera pública e privada, ou nas relações entre o Estado e a sociedade de uma perspectiva eminentemente política.¹⁵

Em relação ao gênero, situação recorrente quando se trata sobre política é o fato das mulheres manifestarem menor interesse pelo assunto do que os homens, embora em muitos estudos essa predisposição seja tida como uma tendência geral, quer dizer, de ambos os sexos. Esse ponto pode ser contextualizado pelo exame de dados de pesquisa de opinião.¹⁶ Considerando-se o interesse por política, por exemplo, a distribuição de respostas das e dos jovens (16 a 29 anos)¹⁷ revela uma distância maior por gênero entre quem não se interessa pelo assunto (40,4% para as jovens). Outrossim, quando se leva em conta a variável raça/cor essa proporção é de 34% para as brancas e chega a 50% entre as não-brancas. Quando a informação é confrontada do ponto de vista geracional também aparece o menor interesse das mulheres; porém, com diferenças menos expressivas por gênero. Ademais, considerando que ter muito interesse política não é prerrogativa nem dos homens, nem dos jovens (9,5%), chama a atenção o percentual de interesse (11,4%) das mulheres com 50 anos ou mais, embora elas sejam maioria no quesito nenhum interesse (52,5%). No quesito cor esse índice fica na casa dos 46% entre as brancas, enquanto o maior desinteresse por política é encontrado entre as não-brancas (60%). Constatações sobre o menor interesse do segmento feminino por política, bastante difundidas em estudos e investigações, servem para alimentar estereótipos e questionar a competência feminina para atividades políticas. Isso acaba se revertendo na dupla face de uma mesma moeda, de um lado, gera uma percepção negativa quanto ao papel das mulheres na sociedade e, de outro, dificulta a sua articulação e participação política, enfim, impõe barreiras ao exercício de sua cidadania. Quanto à juventude, como asseguram Guerreiro e Abrantes, as assimetrias entre as e os jovens normalmente decorrem de processos de socialização diferenciada e desiguais.¹⁸ Assim, em contextos complexos de socialização e identificação, dizem eles, os indivíduos vão adquirindo as vocações, disposições e os saberes requeridos para desempenhar ou não (com sucesso) uma determinada atividade, seja ela no âmbito econômico, social ou político.

Independentemente disso, quando se acionam outras variáveis, com o mesmo recorte, nem sempre sobressaem diferenças entre os sexos. Nesse sentido, as diferenças existentes tanto poderiam

ser buscadas em fatores como instrução, condição de classe ou etnicidade, quanto naqueles relativos a culturas regionais, nacionais ou locais. Subsídios importantes para avaliar a capacidade de mobilização e intervenção de homens e mulheres que ainda se mantêm distantes do espaço público e do mundo da política.

Concluindo essa breve análise de dados, outro realce a ser feito refere-se às opiniões das pessoas quanto ao posicionamento de votar ou não se o voto não fosse obrigatório. Numa apreciação de dados relativos a 2002, chama a atenção o índice elevado de pessoas que abririam mão do direito de voto se não fossem obrigados a fazer uma escolha eleitoral. Afora isso, nota-se certa paridade nas respostas por gênero, geração e cor/raça, principalmente jovens e da geração intermediária; contudo, na geração de 50 anos ou mais, enquanto 48% dos homens não-brancos declinariam do direito de votar, essa proporção sobe para 60% entre as não-brancas da mesma geração – coincidentemente, as que se concentravam entre as pessoas mais desinteressadas por política (60%).

Afinal, as transformações nas relações de gênero observadas ao longo das três últimas décadas, como sugerem Guerreiro e Abrantes, denotam além de uma relativa convergência de valores e expectativas, a integração de segmentos significativos da população feminina em esferas sociais que até pouco tempo lhes eram interditas. A generalização do trabalho profissional feminino e a atual predominância das jovens no acesso ao ensino superior talvez constituam os principais exemplos dessa transformação, segundo os autores. Complementando seus argumentos, eles expressam que esta mudança súbita coexiste com a persistência de diferenças e assimetrias entre as e os jovens, em razão de uma *socialização diferenciada* pela qual incorporam, desde cedo, que os papéis de gênero além de diferentes, são desiguais.¹⁹ O mesmo pode ser evocado em relação à condição de raça. Dito de outro modo, um processo iniciado na infância que tende a se transformar em mecanismo de reprodução de desigualdades de gênero e raça, refletindo discriminações racistas e sexistas.

Considerações finais

Os resultados deste estudo, mesmo que preliminares, demonstraram o desinteresse da juventude pela política e por mecanismos de participação da cidadania. Situação a acentuar-se entre as e os não-brancos, justificando o empenho de identificar as nuances dessa realidade e encontrar estratégias para confrontá-la. Ademais, permitem detectar as dificuldades encontradas pelas mulheres para romper com sistemas e papéis que incidem na configuração de sua identidade social e política, em especial entre as não-brancas. Ao lado disso, as interações entre gênero, gerações e raça/etnia evidenciam o peso de discriminações racistas e sexistas na configuração de valores e percepções que afastam as e os jovens

da política. Nesse mesmo sentido, os estereótipos sociais pautados pelo racismo e pelo sexismo interferem na conquista da cidadania juvenil, deixando de reconhecer a capacidade ou o potencial das e dos jovens para atuar sobre estas discriminações no sentido de acentuá-las ou modificá-las.

A partir dos dados examinados e diante das várias possibilidades de análise para aprofundar o debate sobre as assimetrias e singularidades da socialização política de gênero, fica em aberto a motivação para futuros estudos. O debate sobre cidadania é estratégico para a sociedade brasileira e outras da América Latina, marcadas por um processo crescente de desigualdade social e, em decorrência, de exclusão social. Dessa forma, as categorias gênero e juventude, assim como as de geração ou raça/cor dão margem para enquadrar, por exemplo, a importância de atores políticos na geração das mudanças necessárias na estrutura destas sociedades.

Por fim, não custa lembrar que as condições e oportunidades disponibilizadas às gerações mais jovens em espaços como o familiar, no contexto educativo, na esfera do trabalho ou no campo da política, reproduzem as assimetrias de gênero. Assimetrias que se manifestam no cotidiano das e dos jovens, em situações que beneficiam segmentos masculinos, brancos e escolarizados, haja vista a distância de outros segmentos excluídos dos espaços de cidadania por questões pertinentes à geração, idade, raça/cor, condição socioeconômica ou às construções de gênero, destacadas neste estudo.

¹ Jussara Reis Prá: Professora de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, NIEM/UFRGS. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: jussarapra@terra.com.br

² Léa Epping: Mestranda em Ciência Política, UFRGS. Pesquisadora do NIEM/UFRGS. E-mail: lea.epping@yahoo.com.br

³ SEGATO, Rita Laura. *Mulher Negra = Sujeito de Direitos: e as Convenções para a Eliminação da Discriminação*. Brasília: AGENDE, 2006, p. 17.

⁴ COUTINHO, Janaina. *Gênero e Juventude: traçando novas possibilidades a partir de novas definições*. In: Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania. Brasília, 2006, p.10. Disponível em: www.idac.org

⁵ A partir da classificação da Organização Mundial de Saúde a população jovem pode ser definida pela faixa etária que vai dos 18 aos 24 anos, não obstante se estenda até 30 anos em alguns países europeus. Para fins de estudo, considera-se a faixa etária de 16 a 29 anos entendendo-a como a da geração jovem.

⁶ HEILBORN, Maria L. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

⁷ SACCHI, Ângela Célia. "Estudos de Gênero em sociedades indígenas: considerações sobre o caso Kaingang". Trabalho apresentado no GT Estudos Interdisciplinares Jê do Sul, na IV RAM. Curitiba, PR, 2001.

⁸ LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes. 3ª ed., 1999.

⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, p. 16, jul/dez, 1990.

¹⁰ BALANDIER, Georges. *Antropo-lógicas*. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

¹¹ (Idem, p.72).

¹² CASTRO, Mary Garcia. "Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes". In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.298.

¹³ WELLER, Wivian. Gênero e juventude. *Revista Estudos Feministas*, Jan./Apr. 2005, vol.13, n. 1, p.103-106, 2005.

¹⁴ SILVA, Maria Palmira da. O anti-racismo no Brasil: Considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. *Revista Psicologia Política*. 2000. p.39. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/ver_volume.php?cod=42

¹⁵ FERREIRA, Pedro Moura e CABRAL, Manuel Villaverde. *Associativismo Juvenil e Cidadania Política: Estudo quantitativo das condicionantes sociais da participação juvenil*. Observatório da Juventude Portuguesa. Lisboa, 2003. Disponível em: www.ics.ul.pt

¹⁶ Na análise empírica utilizam-se dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), incluindo informações de 2002, referentes à primeira onda da pesquisa do CESOP/DataUFF, por amostragem.

¹⁷ Em 2007, a geração referida neste estudo (16 a 29 anos), representava 26% do total da população brasileira (cerca de 28 milhões), concentrando-se 75% destes em zona urbana (IBGE, PNAD, 2007).

¹⁸ GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro. Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. *Coleção Estudos*, 2^a. Ed., No. 2, 2007. Disponível em: www.cite.gov.pt

¹⁹ Idem.